

Data: 01/04/2003

### Preservação da Mata Atlântica

O governo de Minas Gerais e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente firmaram hoje um contrato de contribuição financeira com o banco KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau) - braço financeiro de cooperação internacional do governo alemão para a transferência de recursos a fundo perdido a serem usados na preservação das áreas remanescentes da Mata Atlântica em território mineiro. Os recursos contratados são de 7,669 milhões de euros, equivalente a R\$ 25 milhões. Está prevista uma contrapartida do governo mineiro no valor de 7,313 milhões de euros, pouco mais de R\$ 24 milhões. Esse será o primeiro contrato de financiamento internacional firmado pelo governo Aécio Neves nos três meses de mandato.

Os recursos serão aplicados no Programa de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais (Promata/MG) nas regiões Sul, Zona da Mata e Vale do Rio Doce, onde, futuramente, será construído um corredor ecológico. O projeto abrange 80 mil km<sup>2</sup>, equivalente a 14% do território mineiro. Serão beneficiadas diversas espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção, como o mico-leão dourado, o lobo guará, o pau-brasil e a sibipiruna, além de concorrer para a proteção de importantes mananciais de água.

Mais de R\$ 16 milhões da contrapartida não envolvem o desembolso de recursos orçamentários do Estado. Desse total, cerca de R\$ 10 milhões virão de empresas responsáveis pela implementação de projetos potencialmente poluidores, como a duplicação da BR-381 e a Usina de Aimorés, por exemplo. O restante é referente a pessoal e gastos de custeio que já são normalmente dispendidos pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF) no desenvolvimento de suas atividades e a uma reserva técnica no R\$ 3,9 milhões.

Entre as atividades previstas, está o apoio às comunidades próximas às unidades de preservação, que propiciarão condições de geração de renda em atividades ambientalmente sustentáveis, como turismo e artesanato.

Ao todo, seis parques estaduais e duas áreas de proteção serão diretamente beneficiadas. Parte dos recursos também servirá para tornar mais eficiente as atividades de fiscalização da Polícia Militar Florestal, do IEF e da superintendência estadual do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

*Fonte:* Governo do Estado de Minas Gerais